

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
____^a VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE _____.**

Nome, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n.º _____.____.____ - __, com endereço na Rua _____, n.º __, bairro, cidade, UF, por seu advogado e procurador infra-firmado, com escritório profissional na Rua, n.º, nesta cidade, onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente perante V. Ex.a., nos termos dos artigos 4.º e 282 do Código de Processo Civil, propor a presente

**AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE
RELAÇÃO JURÍDICO TRIBUTÁRIA**

em face da **UNIÃO FEDERAL**, pelos motivos de fato e de Direito a seguir expostos:

I - DOS FATOS

A autora é empresa que desenvolve diversas atividades para obtenção de seus fins sociais, sendo a principal delas a

fabricação de vasos em alumínio, conforme previsto no contrato social, o que caracteriza fato gerador para o recolhimento de diversos tributos, dentre eles o Impostos Sobre Produtos Industrializados – IPI.

Ocorre que, a União Federal, por meio do Decreto n.º (número), majorou a alíquota de cálculo do IPI incidente, apenas no Estado de São Paulo, sobre a atividade principal desenvolvida pela autora, fabricação de produtos em aço, justificando tal ato como medida para incentivar o desenvolvimento deste ramo de atividade industrial nos demais estados de federação. A nova alíquota passou a ser exigida a partir da data de publicação da norma.

A autora, que possui seu parque industrial na capital do Estado _____, indignada pelos vícios de ilicitude presentes neste ordenamento, veio ingressar com a presente demanda.

II – DO DIREITO

A Constituição Federal em seu artigo 151, I, veda expressamente a instituição pela União de tratamento desigual entre os Estados. É necessária muita cautela na leitura de tal dispositivo em consonância com a previsão trazida pelo decreto sob análise, pois, um raciocínio desatento poderia considerar tal decreto lícito, uma vez que este dispositivo da Carta Magna permite que sejam concedidos incentivos fiscais a alguns estados nos moldes das hipóteses que prevê.

Ocorre que, o presente decreto não trata de incentivo fiscal a nenhum estado. Trata, sim, de instituição de tributo não uniforme, pois somente no Estado de _____ se paga a alíquota diferenciada. Apenas poder-se-ia falar em incentivo fiscal se a

alíquota houvesse sido estabelecida uniformemente em todo o país, e existisse previsão legal para a redução da alíquota em alguns estados, o que não ocorre no fato questionado nesta demanda.

É a redação do artigo 151, I, da Constituição:

Art. 151. *É vedado à União:*

I – instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País;

A majoração da alíquota do IPI, nos termos do decreto combatido apresenta vício insanável de inconstitucionalidade, inexistindo a relação jurídico-tributária necessária para tornar exigível a aplicação de tal alíquota.

III - DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

A autora, em atenção ao determinado pelo artigo 151, II, do Código Tributário Nacional, efetuou depósito do montante integral da diferença entre a alíquota estipulada pelo decreto combatido e a anteriormente vigente, a fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, conforme demonstrado nos documentos anexos.

IV - DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer-se:

- a) **que seja julgada procedente a presente ação**, com a declaração de inexistência da relação jurídico-tributária entre as partes, no que concerne à exigência de pagamento de IPI com a alíquota majorada incidente sobre a fabricação de cabides de aço no Estado de São Paulo, por ser inconstitucional tal exigência;
- b) a citação da ré, na pessoa de seu representante judicial;
- c) a condenação da ré no pagamento das verbas de sucumbência;
- d) produção de provas por todos os meios admitidos em direito, principalmente provas documentais.

Dá-se à causa o valor de R\$ _____ (_____).

Nestes termos

Pede deferimento

Cidade, ____ de _____ de 20__.

Assinatura
Nome do Advogado
Oab